

NOVA GESTÃO NO GDF: ARROCHO PREVIDENCIÁRIO E ATAQUES AOS NOSSOS DIREITOS E CONQUISTAS

O atual governo, desde o seu início, no tocante à gestão de pessoal no serviço público, vem adotando uma postura contrária a uma política de fortalecimento dos serviços públicos educacionais e de valorização dos profissionais de educação. Governos com esse viés ideológico, em se tratando de servidores públicos, guiam-se basicamente por estas três palavras: choque, arrocho e corte.

O exemplo mais recente dessa evidência foi o encaminhamento para Câmara Legislativa dos Projetos de Leis 19, 20 e 21 que, respectivamente, ins-

tituem a previdência complementar, relativiza direitos previdenciários de pessoas com deficiência e influi negativamente nas aposentadorias especiais.

Pretende o governo por meio de algumas armadilhas presentes nesses projetos, impor aos servidores públicos vários retrocessos previdenciários, inclusive, com a fixação de valor máximo de aposentadoria. Como se vê, caso essas armadilhas venham a prosperar na Câmara Legislativa, uma grande luta dos servidores públicos distritais estará em marcha e o SAE está pronto para esse enfrentamento.



PL Nº 4.330/2004 (CÂMARA DOS DEPUTADOS) - PLC 30/2015 (SENADO)

A CUT Brasília, o SAE, o SINDPRO, sindicatos filiados à CUT e muitas outras organizações sindicais de trabalhadores aqui e no país permanecem em permanente estado de atenção nos movimentos do Congresso Nacional diante da possibilidade de aprovação do PLC 30/2015 pelo Senado Federal.

O Projeto, que tramitou na Câmara dos Deputados com o nº 4.330/2004 e que foi aprovado pelos Deputados Federais, representa um dos maiores retrocessos em se tratando de direitos trabalhistas na história recente do país. Prevê, entre outros retrocessos, a terceirização indiscriminada da atividade-fim.

Essa é uma importante luta de caráter nacional que estamos enfrentando em conjunto com o movimento sindical contrário aos retrocessos trabalhistas que somente interessam ao agronegócio e aos grandes empresários representados no Congresso Nacional por grande número de deputados em face do resultado do último processo eleitoral, que levou a uma composição do parlamento brasileiro das mais conservadoras da história.



CONTRA A TERCEIRIZAÇÃO NA EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA

O histórico processo de terceirização da nossa carreira não conta com a aprovação do nosso sindicato. O atual governo, seguindo na mesma linha dos governos anteriores, insiste nessa prática, agora investindo na terceirização do serviço de vigilância escolar público.

Embora defendamos o concurso público como forma de acesso aos cargos públicos efetivos da nossa carreira, em caso de terceirização, não toleramos qualquer prejuízo financeiro ou relativo às condições gerais de trabalho dos servidores. Nossa defesa nesse caso é 'no sentido de que o servidor somente aceite qualquer mudança com



sua expressa concordância e desde que isso não venha lhe trazer prejuízos remuneratórios.

POSICIONAMENTO CONTRA O PL 001/2015 “Programa Escola Sem Partido”.

A construção de uma sociedade fraterna, justa e igualitária pressupõe a elevação da consciência civil da sociedade. Assim, não é concebível a imposição de convicções individuais ou grupais à prática didática e pedagógica dos profissionais do magistério.

O projeto 001/2015, que tem por objetivo instituir nas escolas o chamado “Programa Escola Sem Partido”, ao justificar-se afirmando a aversão da autora a um determinado partido político, assume, isto sim, confessado viés ide-

ológico, razão por que completamente destoa da pedagogia contemporânea.

Por essa razão, o SAE manifesta aqui todo o respeito da entidade pelas opções filosóficas, religiosas e políticas das pessoas, e sua defesa por uma prática pedagógica construtora de uma sociedade efetivamente democrática e de elevada consciência civil, condizente com as características de um Estado laico, indutor da fraternidade como elemento indispensável à convivência pacífica entre as diferenças.

PLANO DISTRITIRAL DE EDUCAÇÃO

O Plano Distrital de Educação foi aprovado na Câmara Legislativa no último dia 16 de junho. Resultado da efetiva participação do SAE e do SINPRO nos debates que se processaram por cerca de dois anos, o texto do plano prevê importantes avanços para os profissionais da educação da nossa carreira, para a carreira do magistério e para a sociedade, tanto para os servidores em efetivo exercício de suas atividades quanto para os aposentados.

Com fundamento no Plano Nacional de Educação - PNE, a qualificação e a valorização dos profissionais da educação são metas a serem alcançadas com a previsão de impactos bastante positivos na expansão da oferta do ensino e na melhoria dos planos de carreira na educação básica pública do Distrito Federal. A partir de agora, detalharemos continuamente, em nossos meios de comunicação, em nossa sede, nas subseções e nos locais de trabalho esses avanços como forma de enfrentarmos a luta pela implementação das novas medidas.

AUXÍLIO-SAÚDE

Como é sabido de todos nós, no ano passado, por meio de uma emenda parlamentar ao orçamento do Distrito Federal válido para este ano, foi aprovada pela Câmara Legislativa uma verba orçamentária destinada a pagar o auxílio-saúde.

No entanto, até a presente dada o GDF permanece inerte em relação a esta histórica pendência, mesmo diante de cobranças oficiais do nosso sindicato. Nas reuniões de negociações ocorridas desde o início do atual governo, o assunto vem sendo colocado em pauta sem que o GDF manifeste-se de maneira concreta sobre esse ponto da nossa pauta de reivindicações.

Essa é uma demanda da qual não desistiremos até que essa discriminação em relação aos profissionais do magistério seja superada.



ADEQUAÇÃO DA CARREIRA AO PDE

Com a aprovação do Plano Distrital de Educação - PDE no último dia 16 de junho, em sendo o mesmo sancionado, reativa-se a luta pelo aperfeiçoamento da nossa carreira. Nesse sentido, nosso sindicato já está levando ao GDF essa demanda.

REAJUSTE DO AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO

O reajuste do auxílio-alimentação, que diz respeito à quase totalidade dos servidores públicos distritais, é outro ponto de pauta importante. Esse reajuste ficou acertado junto ao governo anterior e seria concedido num percentual de 22%. O atual governo silenciou-se sobre o assunto, mas as diversas categorias que recebem o mesmo valor que os profissionais da nossa carreira e também nós, exigimos o reajuste. Além disso, reivindicamos também uma progressiva escalada de reajuste que permita a equiparação do valor do benefício ao maior valor pago a esse título a servidores públicos no DF.

IMPLANTAÇÃO DA TERCEIRA FASE DA REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA

A Lei 5.106/2013, que reestrutura a nossa carreira, foi aprovada para ser implantada em três fases, sendo a última fase prevista para o dia 1º de setembro de 2015. Nesta fase, a progressão dos vencimentos básicos passarão a ocorrer anualmente. Pela estrutura anterior essas progressões aconteciam de três em três anos.

Depois do forte movimento iniciado no final do ano passado, coordenado pela CUT Brasília e com participação decisiva do SAE e do SINPRO, o GDF firmou vários compromissos ao final do processo de negociações daquele movimento, entre os quais o de não retirar direitos dos servidores públicos.

Aconteceu que, logo após, mais de 30 categorias de servidores públicos do Distrito Federal foram surpreendidas com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade cujo objetivo era anular as reestruturações de carreiras. A reação foi imediata e os servidores públicos

O Plano Plurianual - PPA, a Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO e a Lei Orçamentária Anual - LOA constituem-se num conjunto de leis orçamentárias que, em nosso caso, com a aprovação do Plano Distrital de Educação, assume importância decisiva na garantia da realização das metas do plano mediante a aplicação de cada uma de suas estratégias.

A direção do SAE acompanhará com atenção o processo de discussão e aprovação de cada uma dessas leis e, sendo o caso, convocará a categoria para a defesa da valorização da categoria conforme previsto no PDE.



se prepararam para a instalação de uma greve geral contra a nefasta tentativa. A ação foi derrotada de maneira vexatória por 17 votos a 0 pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios.

Portanto, apesar dessa vitória, este é mais um ponto merecedor da nossa atenção visando à garantia dos reajustes previstos para o mês de setembro deste ano.



EXPEDIENTE:

SAE-DF - Sindicato dos Auxiliares de Administração Escolar do DF site: www.saedf.org.br
Secretaria de Imprensa e Comunicação - Ediram José Oliveira Silva - Jornalista: Walkiria Simões - Avaliação e Revisão: Conselho Editorial
 Sede e subseções do SAE-DF: **Plano Piloto:** SDS Ed. Venâncio IV Bloco Q Loja 74 (Conic) - Fones: (61) 3223-8575 / 3224-6000 / 3223-0075 / 3322-6173
 Fax: (61) 3226-2526 - DDG: 0800 619797 - Email: contato@saedf.org.br - **Gama:** AE 20/21 Ed. Alternativo Center Sala 163 Setor Central - Fones: (61) 3384-5164
 Email: gama@saedf.org.br - Celular: (61) 8625-9159 - **Planaltina:** SHD lote 01 Bloco L Loja 05 (Setor Central) - Fones: (61) 3389-2938
 Email: planaltina@saedf.org.br - Celular: (61) 8625-9158 - **Taguatinga:** C12 Bloco G Área Especial nº01 Ed. Paranoá Center Salas 104 e 105 (Tag. Centro)
Fones: (61) 3352-1585 - Fax: (61) 3561-0559 - Email: taguatinga@saedf.org.br - Celular: (61) 8625-9160 / 8521-4575